



## ACOLHIMENTO NA EJA: A VOZ DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

*Elaine Aparecida Policarpo*

Universidade de Taubaté/UNITAU, R. Visconde do Rio Branco, 210 - Centro, Taubaté - SP, 12020-040, Brasil, elainepolicarpo60@gmail.com.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender o significado do acolhimento recebido pelos alunos com deficiência matriculados no 4º Termo da EJA em uma escola pública do interior paulista.. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de inserção, pois essa modalidade da Educação Básica é um direito adquirido de todos os cidadãos brasileiros que não tiveram oportunidade de estudar em outros momentos de sua vida, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. O artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório e de pesquisa bibliográfica realizada no Banco de teses e Dissertações da Capes nos anos de 2015 e 2016, por meio de leituras de dissertações, livros e periódicos sobre a Inclusão de deficientes na EJA. Através da pesquisa foi possível comprovar que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos pesquisadores, a fim de compreender a relação dos alunos matriculados na EJA com o espaço da escola, em especial pessoas com deficiência, visto que estas pessoas procuram a esta modalidade de ensino visando a inserção social e realização de seus sonhos.

**Palavras-chave:** Deficiência. Educação de Jovens e adultos. Inclusão.

**Área do Conhecimento:** Educação, inclusão e diversidade.

### INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE (2016), o Brasil tem os maiores índices de analfabetismo, cerca de 12 milhões de pessoas, além de apresentar elevadas taxas de evasão, reprovação, problemas sociais e educacionais, sendo a maioria localizada na região Nordeste do país. O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) (UNESCO, 1994), mostra que o Brasil tem 72% da população mundial de adultos analfabetos. Para reparar esse alto índice é necessário intensificar investimentos na qualidade da educação com políticas públicas, inclusive para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A legislação brasileira, especificamente a LDBEN 9394/96 (BRASIL), garante acesso a educação a todos os brasileiros em idade escolar. Nesse sentido, o aluno com deficiência tem o direito de frequentar a escola em todos os níveis e modalidades.

O acesso à escola não só promove o desenvolvimento pessoal, mas também é uma ferramenta social importante para os relacionamentos interpessoais. No Brasil, inúmeras pesquisas estão sendo realizadas com a finalidade de discutir e compreender esse fenômeno, uma vez que esse público necessita de ajuda e intervenções pedagógicas apropriadas, porém ao longo de suas trajetórias escolares uma parcela bastante significativa deste público fora privada desses direitos. Freitas. (2014), Cardozo(2015), Lima (2015), Cota(2016).

O fracasso na trajetória escolar das camadas populações está sendo comprovada pelos índices de evasões, repetência e posteriormente pelo retorno dessas pessoas à escola por meio da EJA. Para Catteli (2014) essa modalidade de ensino representa uma alternativa para reduzir a grande 'dívida' que a sociedade brasileira tem para com os marginalizados, com os oprimidos, os excluídos dos bancos escolares por conta de um sistema seletivo e injusto, sendo assim é preciso mudanças de paradigma, no sentido de construir uma escola mais dinâmica, mais acolhedora e mais sensível às diferenças individuais.

De fato, é imprescindível compreender que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que prima pela inserção social, porém são necessárias políticas nacionais que favoreçam o ingresso desse público.

A pesquisa fundamenta-se por dissertações do Banco de Teses e Dissertações da Capes e por pesquisadores como Goffman (1988) e outros pesquisadores que se debruçaram em pesquisas, tanto da Educação Especial, quanto da Educação de Jovens e Adultos.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa foi de natureza qualitativa, do tipo exploratória, e para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas aplicadas a 03 alunos com deficiência matriculados no 4º Termo da EJA II, ou seja, a fase de conclusão do ensino fundamental.

Para elaboração da revisão de Literatura foi realizada uma vasta pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (Capes), por meio de seleção e leitura de resumos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A inclusão de pessoas com deficiência, não deveria acontecer apenas nas escolas, elas deveriam ser incluídas em todos os setores da sociedade. Para Omote (2004b, p.299) a busca pela inclusão sempre fez parte da história da humanidade e a garantia de tais direitos é uma questão de justiça social.

Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se configura como mais uma possibilidade de inclusão, pois essa modalidade da Educação Básica é um direito adquirido de todos os cidadãos brasileiros que não tiveram oportunidade de estudar em outros momentos de sua vida, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Segundo o Art. 205 da mesma Lei, a Educação é um direito de todos, sendo um dever do Estado ofertá-la em todas as modalidades de ensino, visando o pleno desenvolvimento e o preparo para o trabalho a todas as pessoas, portanto a legislação não exclui jovens e adultos, ao contrário ela determina no Artigo 208 da Constituição Federal que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso em idade própria”, as garantias previstas em lei fazem com que os sistemas de ensino adotem medidas para atender esta parcela da população que em alguns momentos tiveram os direitos negligenciados (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), a Constituição Federal (BRASIL, 1988), e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003) da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ainda preveem o direito à educação para que os indivíduos possam ser inseridos em grupos sociais, requisito primordial para garantia da dignidade humana. Deste modo a comunidade escolar precisa repensar suas propostas pedagógicas, de modo a não excluir os alunos com deficiência na EJA, pois se estes sujeitos sentirem-se excluídos do processo pedagógico poderá ficar desmotivado gerando nova evasão escolar, pois esta modalidade de ensino atende evadidos ou aqueles que não tiveram acesso aos meios formais de educação antes de cursarem a EJA. Por isso, “educar para outro mundo possível é educar para a ruptura, para a recusa, para dizer não, para agir, para sonhar com outros mundos possíveis” (FREIRE, 1982).

Por meio das leituras e pesquisa no banco de dados da CAPES notou-se a escassez de trabalhos nesta área, uma vez que há um número considerável de pesquisas sobre Educação de Jovens e Adultos, porém tratam de aspectos muito diversificados, poucas atendem a especificidades tão complexas quanto a inclusão destes dois segmentos sociais: jovens e adultos e pessoas com deficiência intelectual, uma vez que há um número maior de pesquisas voltada aos professores, à metodologia de ensino, do que com o foco no aluno e em trajetórias escolares.

## **RESULTADOS**

Participaram da pesquisa, por meio de entrevistas 08 alunos com deficiência. Através dos relatos percebeu-se o quanto a dinâmica da EJA e a forma como estas pessoas são acolhidas ao serem inseridas nesta modalidade tem favorecido tanto a aprendizagem dentro das possibilidades de cada um quanto a inserção social. Os nomes dos participantes são fictícios, a fim de preservar a integridade dos participantes. Nesse artigo foram descritos os relatos de apenas três entrevistados, porém todos os relatos trazem uma riqueza muito grande sobre o que a escola representa para cada um deles.

O primeiro entrevistado, Lucas (19 anos), tem deficiência intelectual e antes da EJA só havia estudado em instituições especializadas. Ele demonstrou sentir-se acolhimento na escola em que estuda: “Eu me sinto acolhido lá, porque qualquer coisa eu posso contar com professores e amigos”, saber que pode contar com as pessoas, ter amigos, sentir-se importante no espaço em que ocupa, não ser mais um na escola sem nome, ser conhecido pelo nome, fazer parte do grupo o faz a querer permanecer na escola, segundo Freitas (2014) a EJA muitas vezes é o único espaço de atendimento que as pessoas com deficiência possuem, pois há escassez de políticas públicas destinadas a estas pessoas, por isso muitas vezes a aprendizagem passa a ter um caráter acessório.

Sobre a escola Letícia (41 anos) disse: “Na escola com professores e colegas sempre foi uma relação de acolhimento, eu gosto da escola, sinto falta quando tenho que sair de férias”, gostar da escola segundo a própria estudante lhe proporciona mais vontade de aprender e confiança em seu potencial. Durante a entrevista a mesma estudante, com deficiência física e intelectual, explicou que em sua trajetória educacional nem sempre foi assim, houve dor, tristezas, exclusão, mas que na escola atual sente-se em casa.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos Tereza (47 anos), deficiente intelectual relatou: “Fui muito acolhida, antes eu ficava de lado, agora estou mais unida a aos meus colegas e professores”, é importante salientar que esta aluna chegou à escola com um sentimento de inferioridade, de fracasso, repetindo constantemente, que não sabia, não conhecia, que era um a lesma, a mulher mais burra da escola”, segundo seu próprio relato, por meio do acolhimento e da interação com os colegas de sala descobriu que tem potencialidades, que aprende dentro de seu ritmo, que há colegas com e sem deficiência que também possuem dificuldade e que a escola não precisa reforçar e evidenciar a todo tempo os estigmas por ela carregados desde a infância.

Para João Vitor (38 anos), deficiente visual e intelectual, que não tem família, o acolhimento dos colegas, professores e funcionários são o que lhe faltava, relatou que depois que ficou órfão ficava sozinho em casa, tem o sentimento que na escola todos estão dispostos a auxiliá-los, colegas funcionários e equipe gestora. “Sinto que todo mundo me ajuda, às vezes até a diretora pega comida para mim, as meninas da cozinha, todos gostam de mim”.

## **DISCUSSÃO**

Para que os alunos sintam se acolhidos é preciso ir além dos conteúdos escolares, dando atenção a cada um como seres plenos de direitos, não esquecendo as limitações que possuem, pois é preciso ajuda-los a superá-las ou minimizá-las, neste contexto. A EJA é importante para inserção social de pessoas com deficiência, pois esta modalidade de ensino tende a reparar um direito que foi negado a pessoas todos que não tiveram acesso à escolarização na idade certa. Inclusive as pessoas com deficiência.

Na relação entre os estigmatizados e os considerados normais, as pessoas com deficiência quando acolhidos, segundo Goffman (1988) tendem a acreditar em seu potencial, seus sentimentos e emoções podem levá-los a perceberem se com outra imagem, fazendo-os sentirem pessoas normais, um ser humano como os demais, pessoas que merecem oportunidades de vivenciarem histórias diferentes das trajetórias de fracasso vividas até então.

Para Hass (2015), sendo a EJA conhecida como um espaço que tem a finalidade de preencher lacunas na escolarização, já traz um caráter depreciativo e estigmatizando, porque coloca o aluno como aquele que não sabe, que não aprendeu, é perceptível na fala dos entrevistados que o prazer de estar na escola, de sentir-se capaz de aprender passa pelo acolhimento, pelo pertencimento do espaço e do próprio aluno enquanto pertencente a um grupo que lhe faz sentir-se capaz de aprender e ter vontade ali permanecer. Percebe isto no relato dos entrevistados ao contarem sobre a atenção dada pelos professores funcionários e colegas, sendo o mais importante para este grupo de alunos as relações interpessoais, os vínculos que estabeleceram, podem contar com os colegas e com todos para aprender e para resolver quaisquer situações adversas e que isto está favorecendo a aprendizagem auxiliando-os buscar soluções para as dificuldades que surgem no processo de aprendizagem e de construção do conhecimento.

Para Hass (2015), tanto os alunos sem deficiência, quando os alunos deficientes matriculados na EJA, possuem trajetórias de vida marcadas por longo tempo repetência e ou evasão e por isso faz-se necessário pensar políticas públicas que atendam estas especificidades, os deficientes



possuem outro agravante, algumas passaram por longos períodos em instituições especializadas ou em sala especial.

São necessárias políticas públicas adequadas às pessoas os deficientes matriculadas na EJA e uma proposta pedagógica voltada para este público, afim de que estas pessoas sintam se integrantes ao grupo, pertencentes à comunidade escolar, isto faz toda diferença, para Goffman (1988) as pessoas que possuem estigmas sociais tendem a sentirem-se como impuras, incapazes, indignas de pertencerem a determinados grupos, tal sentimento pode fazer com que estas pessoas desistam da escola, ou seja, sejam estimuladas a estar na escola com vontade de aprender e perseverar, isto é perceptível no relato de João Vitor: “Gosto da escola, se eu não gostar não tava aqui... sinto que todo mundo me ajuda quando preciso”.

## CONCLUSÃO

Para alunos deficientes intelectuais esta modalidade de ensino, está promovendo aos entrevistados o direito interagir com todos os alunos da escola e de vivenciarem significativas situações de aprendizagem, por sentirem-se a vontade com os professores, aos poucos perdem o medo de errar, sentem confiança nos pares e na forma como as intervenções são realizadas, a aprendizagem ocorre dentro das potencialidades individuais. Isto tem acontecido pela forma como os colegas, professores, funcionários e equipe gestora acolhem estes alunos e isto pode transformar as trajetórias de fracasso que tiveram até então, experiências muito negativas em relação a aprendizagem em momentos de aprendizagem e inclusão social e educacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo Escola da Educação Básica** – resumo técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)** Haddad Sergio (coord)-Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, 140p. (série Estado do Conhecimento).

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CATELLI Jr., R. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: de programa em programa. In: MORTATTI, M. R.; FRADE, I. C. S. (Orgs.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** São Paulo: UNESP, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 150p.

GOFFMAN, E. **O Estigma da identidade deteriorada**. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUINTER. H. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** maio-agosto 2006, v. 22, n. 2, p. 201-210.

HASS, C. Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (re) invenção da articulação necessária entre as áreas. **Revista Centro de Educação UFSM**. v. 40, p.347-359, 2015.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. **Fundamentos da Metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OMOTE, S. (org.) **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004a.